

João Pessoa, PB, 26 de março a 1º de abril de 2012 - nº 13 - Ano XV

Negociações sobre as MPs

Sob a coordenação do deputado Ricardo Marcelo, presidente da Assembleia Legislativa, deve acontecer, nesta terça-feira (3/4), nova tentativa de negociações entre o Sindifisco-PB, o Governo e Deputados de situação e oposição sobre as MPs que travam atualmente a pauta da Assembleia Legislativa. A reunião acontece pela manhã, na Casa Legislativa.

Durante a última reunião, ocorrida na quarta-feira passada (28), a diretoria do Sindifisco apresentou argumentos técnicos sobre a MP 184, que é prejudicial não só aos servidores, mas a toda a sociedade, especificamente no que se refere à possibilidade de quebra do sigilo fiscal.

Preocupação com sigilo fiscal

As emendas apresentadas pela equipe de Governo sobre a MP 184 não resolvem o problema do risco da quebra do sigilo fiscal das empresas, uma vez que não especifica claramente quais os cargos que devem ser ocupados por auditor fiscal conforme atualmente está explícito na Lei do PCCR do Fisco.

A diretoria do Sindifisco-PB ressalta que o Fisco é uma carreira de Estado com atribuições técnicas e deve ficar imune a todo tipo de ingerência política para poder desempenhar bem suas funções em prol da sociedade. Por isso, os cargos comissionados no âmbito da Administração Tributária devem ser ocupados por servidores efetivos do quadro de auditores.

Incentivo à arrecadação

Outro assunto que deve ser tratado nas negociações com o Governo é o artigo 8º da Lei do Subsídio, que a MP 185 revogou. O Sindifisco-PB entende que o trecho relativo a essa revogação deve ser retirado da Medida Provisória, pois o artigo 8º da Lei do Subsídio é um estímulo ao incremento da arrecadação, ao incentivar a superação das metas.

Governador tenta confundir opinião pública

Recentemente, na tentativa de confundir a opinião pública, o Governador Ricardo Coutinho afirmou que a não aprovação da Medida Provisória 185 na Assembleia Legislativa coloca em risco o reajuste dos servidores públicos, no começo deste ano.

Na verdade, o Sindifisco-PB defende a MP 185, que contempla o reajuste dos servidores. O que a categoria fiscal não concorda é com o trecho da MP que revoga o artigo 8º da Lei do Subsídio, que foi conquistado com muita luta da categoria.

O Governo quer é confundir os parlamentares e a sociedade para manter a revogação do artigo da Lei do Subsídio com o intuito de retaliar a categoria fiscal pela greve no ano passado.

Pela autonomia da UEPB

Entidades do Fórum dos Servidores participaram de evento promovido pelo Comitê de Mobilização da UEPB, na sexta-feira última (30), no Campus V da instituição, em João Pessoa, contando com a presença de deputados estaduais e vereadores. Os parlamentares mais uma vez se colocaram à disposição da luta em defesa da sociedade e pela manutenção da autonomia da UEPB.

O vice-presidente do Sindifisco-PB, Roberto Bastos e o auditor fiscal aposentado Glaucio Gouvea, bem como diversos auditores, representaram o Sindicato na mobilização. “A autonomia da UEPB é uma conquista do povo paraibano e tem que ser mantida,” disse Glaucio Gouvea.

Memorial

Será inaugurado nesta segunda-feira (2/4), o Memorial João Pedro Teixeira, em Sapé. João Pedro presidia a Liga Camponesa de Sapé quando foi assassinado de emboscada pelo latifúndio, há 50 anos.

Mobilização em Brasília

Representantes das entidades filiadas à Fenafisco visitaram a Câmara Federal para acompanhar a tramitação dos projetos de interesse do Fisco, entre os quais, a PEC 443/2009 – sobre o teto de algumas carreiras de estado; o PLP 330/2006 – aposentadoria especial para servidores públicos que exercem atividade de risco e a PEC 89/2007 – teto único para o funcionalismo público.

O diretor de aposentados adjunto do Sindifisco-PB, Jônio Tenório, representou a classe fiscal paraibana.

Participação política

A participação política da categoria fiscal foi o tema nas discussões de um encontro promovido pela Fenafisco em parceria com o Sintaf-CE, na última semana, em Fortaleza, CE.

O Sindifisco contribuiu com os debates técnicos e políticos, demonstrando a importância de conscientizar a população da responsabilidade de eleger pessoas comprometidas com o bem públicos e com os interesses da sociedade.